

Participação Democrática na Internet e Estabelecimento das Redes Sociopolíticas Virtuais

Wellington Tavares
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
tom.ufop@gmail.com

Resumo: A existência de redes de indivíduos e organizações que formam um coletivo em rede pode ser compreendida como segmentos que formam um movimento social, o que pode ser também visto no meio virtual por meio de *softwares* sociais que permitem o estabelecimento de relações e/ou a extrapolação das relações existentes no contexto físico. Esse contexto evidencia novos contornos nas relações sociais e democráticas na sociedade contemporânea, em virtude da crescente utilização de redes sociais virtuais e no uso de dispositivos eletrônicos. Além da tendência à virtualização dos relacionamentos sociais, as relações políticas têm se servido do ambiente das redes sociais virtuais para ampliação do debate sociopolítico e para estabelecimento de objetivos, estratégias e ações coletivas, permitindo a criação de um novo conceito, denominado de Redes Sociopolíticas Virtuais.

Nota Biográfica: Wellington Tavares é professor Adjunto I na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e graduado em Administração pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Estudos Organizacionais. Alguns dos focos de pesquisa e atuação são: Governo, Sociedade e usos de Redes Sociais Virtuais; Gestão Pública e Internet; Movimentos Sociais e Democracia Digital (Democracia 2.0); Democracia Participativa; Educação a Distância.

Palavras-chave: redes sociais virtuais; redes sociopolíticas virtuais; democracia; movimentos sociais.

Introdução

O arranjo social atual em vários países e sociedade tem se servido crescentemente da utilização de diferentes formas de ação coletiva e da utilização de novos espaços e recursos que possibilitam aos indivíduos se (re)conhecerem em grupos, se organizarem e agirem coletivamente. Nesse contexto, há um expressivo aumento na mobilização e agregação de indivíduos e a formação de grupos, bem como a capacitação e organização destes para a realização de ações coletivas, em especial por meio de uma série de aparatos tecnológicos e comunicacionais contemporâneos. Esses é que possibilitam a integração de indivíduos e grupos que, mesmo estando em diferentes e longínquos espaços físicos, se aproximam através da tecnologia por meio de objetivos e causas semelhantes e compartilhadas.

Os indivíduos inseridos em movimentos sociais, por exemplo, têm se aproveitado de tais recursos como forma de desenvolver uma série de ações coletivas destes movimentos. Scherer-Warren (2005) defende que os movimentos sociais apresentam uma configuração diferente na sociedade da informação, marcadamente alterada em virtude do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação. Assim, três dimensões permitem verificar o impacto das tecnologias comunicacionais nos movimentos sociais, a saber: temporalidade, diante da possibilidade de análise de tempos sociais distintos; espacialidade, diante do surgimento de novos espaços ou territórios, virtuais e reais, bem como suas interações, e;

sociabilidade, diante de novas formas de relações sociais em termos de intensidade, alcance, intenções e conectividade com dimensões da esfera pública.

Desta forma, a busca por emancipação, igualdade e/ou tipos de participação política passa a ser realizada exclusivamente em espaços virtuais de interação ou em extensão dos espaços reais/físicos disponíveis. Na atualidade, tem sido possível observar uma série de movimentos sociais espalhados pelo mundo que buscam empreender ações no meio virtual e agregar o maior número de interessados em suas questões, independentemente das localidades nas quais se encontram. Muitos desses movimentos têm exigido mudanças no cenário político para possibilitar acesso a informações públicas, transparência nos atos de políticos, fim da corrupção, participação em processos decisórios, entre outros aspectos políticos e democráticos.

O espaço virtual denominado ciberespaço, estruturado na internet, tem permitido novos formatos de organização social, bem como a criação, o estabelecimento, a organização e a repercussão de movimentos sociais de várias partes do mundo nas redes sociais virtuais. Essas redes, com base no desenvolvimento da *Web 2.0* e de *softwares* sociais, têm ganhado espaço e importância na sociedade, permitindo mais interação entre as pessoas. Como resultado e exemplo das mudanças, tem havido constantes repercussões na mídia mundial de ações coletivas que se desenvolvem na contemporaneidade, em especial nos casos de alguns regimes autoritários que foram desestabilizados ou ruíram a partir de movimentos iniciados e/ou organizados em redes como Facebook e Twitter. Alguns dos casos mais recentes são os relacionados a regimes autoritários, como os do Egito e da Líbia, movimento que se convencionou denominar de Primavera Árabe, além do caso clássico do Movimento Zapatista, no México. Nestes, a internet foi utilizada como meio para dar voz aos ativistas. Além disso, outros eventos têm sido abrigados nas redes sociais, como movimentos contra a corrupção, formas de autoritarismo e opressão, violência, homofobia, racismo, entre outros dos contextos sociais, econômicos e políticos.

No caso do Brasil, por exemplo, acompanha-se, desde 2013, uma série de movimentos populares de grande porte e com finalidades políticas, iniciados por redes sociais virtuais, tais como o “Fora Renan”, direcionado à saída de Renan Calheiros da presidência do Senado Federal, e o movimento pela saída do deputado federal Marcos Feliciano da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal (CDHM). Foram apenas o início de um ano no qual as redes sociais se destacaram como importantes meios e mecanismos para a criação e organização de movimentos populares no Brasil, em especial as grandes manifestações de 2013 denominadas de Jornadas de Junho, ocorridas antes e durante a Copa das Confederações da FIFA nas cidades-sede dos jogos e em outras cidades em todo o Brasil, que tiveram como um dos focos a luta contra a corrupção.

A partir do exposto, este ensaio teórico se propõe a responder à seguinte questão de pesquisa: Quais possibilidades as Redes Sociopolíticas Virtuais apresentam para a participação democrática a partir da internet? A ideia que se defende aqui é a de que as Redes Sociopolíticas Virtuais se apresentam como espaços relevantes que potencializam as ações e participações das pessoas em questões políticas e possibilitam diferentes condições de atuação democrática. A partir daí, definiu-se como objetivo geral deste estudo analisar o surgimento, a estrutura e as possibilidades de uso das redes sociais virtuais para a participação democrática, bem como analisar o desenvolvimento do conceito de Redes Sociopolíticas Virtuais e casos que exemplificam estes.

Para o alcance dos objetivos definidos, este ensaio teórico apresenta discussões acerca de redes sociais virtuais e participação social, organizadas conforme segue. A partir desta primeira seção introdutória, na segunda seção apresentam-se conceitos e características das redes sociais virtuais, especialmente, na primeira parte, sobre a estrutura das redes e, na segunda parte, uma discussão sobre as possibilidades apresentadas para o uso destas redes. Na terceira seção discute-se o estabelecimento das Redes Sociopolíticas Virtuais, colocando um foco especial na participação democrática por meio de tais redes. Por fim, na quarta e última seção são apresentadas as considerações finais deste ensaio.

2. As Redes Sociais Virtuais

Redes sociais são estabelecidas através das relações entre pessoas, mediadas ou não por sistemas informatizados. Essas relações podem ser efetivadas por interações que visam a mudanças na vida dos indivíduos, para o coletivo ou para as organizações, visto que podem ser estabelecidas em razão de interesses particulares, em defesa de outros ou em nome de organizações. Além dessas motivações, as redes podem ser estabelecidas em função de movimentos sociais com finalidades sociopolíticas (AGUIAR, 2007a).

Uma das variações ou especificidade de redes são as denominadas “redes sociais na internet”, que se referem aos formatos de sociabilidade e de relações sociais virtuais, que se diferenciam das relações reais em termos de objetivos e dinâmica. A exemplo das ações sociopolíticas, muitas relações estabelecidas no “mundo real” passam a utilizar a internet como um ambiente adicional de interação, figurando como um espaço público complementar (AGUIAR, 2007a) e permitindo desenvolver o conceito que neste trabalho é apresentado como “redes sociopolíticas virtuais”.

Há uma necessidade dos indivíduos de se integrarem a grupos sociais específicos com que tenham interesses comuns, o que expõe a intenção de se reconhecerem quando buscam conectar-se a redes com as quais se identificam. Além disso, esse tipo de espaço de interação social, em especial o virtual, possibilita a comunicação entre usuários e favorece a desnacionalização, a desestatização e a democratização da informação, pela conectividade mundial estabelecida pela internet (CASTELLS, 1999).

Primo (2000) esclarece que os sistemas de Comunicação Mediada por Computador (CMC) proporcionam dois tipos de interação social: interação mútua, na qual cada usuário pode se expressar e receber retornos de suas postagens, por meio de fóruns, listas de discussões, mensagens públicas nos perfis de outros usuários ou mensagens privadas para um usuário específico; interação reativa, que depende apenas da avaliação e decisão de um usuário, em algum momento, como aceitar outro usuário para sua lista de amigos ou para um grupo no qual é moderador.

Diante das possibilidades configuradas pelo novo conceito de tempo-espaço, as pessoas têm passado a se estabelecer em redes no ciberespaço, que, considerando-se o avanço no desenvolvimento da CMC, é conceituado como “espaço conceptual onde se manifestam palavras, relações humanas, dados, riqueza e poder dos utilizadores da tecnologia de CMC” (RHEINGOLD, 1996, p.18). O fato é reforçado em Rheingold (1996), visto que as redes sociais virtuais se tornaram possíveis a partir das dificuldades de encontros reais entre as pessoas, possibilitando criar “laços emotivos” por meio da internet e de discussões virtuais duradouras.

2.1. Estrutura das Redes

Pode-se compreender a existência das redes sociais por análises sob o prisma das relações sociais e das trocas efetuadas entre os membros dos agrupamentos sociais e não da territorialidade. Para Wellman e Berkowitz (1988), as redes sociais virtuais são mais que simples definição e denominação de elementos que permitem criar uma metáfora para compreender um agrupamento: elas têm por base relações que sustentam uma estrutura em rede. Assim, em analogia à estrutura de uma dada rede, os nós não representam apenas indivíduos, mas agrupamentos; os laços entre os membros não representam apenas um elemento da estrutura da rede, mas as relações entre os membros pelas quais as trocas fluem.

O fluxo de informações interfere no formato do ciberespaço, pois a cada nova postagem, comentário ou disseminação de links, a internet e as redes são alteradas, dando origem a novas relações e modificando os nós da rede. São ações como essas ocorridas entre os indivíduos que permitem que as redes sociais virtuais sejam dinâmicas e alterem suas configurações (RECUERO, 2004a).

Para Lévy (2000, p.127), uma rede virtual “é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independente das proximidades geográficas e das filiações institucionais”. Elas “constituem o fundamento social do ciberespaço e a chave da ciberdemocracia” (LÉVY, 2002, p.67), conforme vai ser discutido. Segundo Rheingold (1996, p.18), as redes sociais virtuais são “agregados sociais surgidos na Rede, quando os intervenientes de um debate o levam adiante em número e sentimento suficientes para formarem teias de relações pessoais no ciberespaço”.

Apoiando-se na teoria neoinstitucional, Marques (2006) chama a atenção para o fato de que as ações políticas e suas estruturas de formulação e implementação não se fundamentam em ações individualizadas, mas coletivas, que são influenciadas pelos contextos nos quais ocorrem, pelas regras e normas, bem como pelo tipo de interação entre os atores envolvidos. Além disso, o autor defende a ideia de que as relações e posições ocupadas na rede pelos indivíduos influenciam a política, já que exercem grande influência na formação de alianças e conflitos.

Rheingold (1996) apresenta como exemplo uma rede social virtual, a Comunidade WELL (Whole Earth Eletronic Link), desenvolvida em São Francisco, nos EUA, em 1985, caracterizada como um sistema de teleconferência precursor e formada por vários tipos de conferências em formato de texto. As teleconferências possibilitaram o intercâmbio social relacionado a certos temas, como lazer, educação, ciência, política, artes, e o envolvimento emocional e a cooperação entre os membros. O autor a considera um tipo de comunidade virtual com capacidade de reproduzir o “mundo real” das pessoas.

De modo geral, as redes sociais virtuais são efetivadas por ciberespaços criados por TICs e diversos recursos disponíveis, entre os quais se destacam listas de discussão, sistemas de boletins eletrônicos (BBSs), e-mails e seus grupos, chats e, em especial, softwares sociais. Entre os principais setores envolvidos nesse tipo de rede estão economia e negócios de diferentes naturezas, educação e sistemas de ensino, bem como movimentos sociais e culturais, como a luta por questões ambientais, de grupos de minoria e direitos humanos (MACHADO; TIJIBOY, 2005).

O desenvolvimento das redes sociais on-line é uma forma de “fazer sociedade”, comunidades virtuais e uma chave para a ciberdemocracia. Pode-se conceituar comunidade virtual com o entendimento de que “é simplesmente um grupo de pessoas que estão em relação por intermédio do ciberespaço”, o que esbarra em várias definições clássicas de sociólogos a respeito do que é comunidade (LEMOS; LÉVY, 2010, p.101).

Portanto, os espaços de convivência digital ampliam as possibilidades de interação, de comunicação e de acesso a informações, possibilitando a criação de redes complexas, nas quais a estrutura não segue um padrão regular e, por isso, as informações se propagam além do raio de ação direta. Diante disso, uma das principais características desse tipo de rede é a falta de controle e de previsão quanto ao direcionamento das informações, que provocam constantes mudanças em termos de tempo e espaço (SCHLEMMER et al., 2006).

2.2. Possibilidades no Uso das Redes Sociais Virtuais

Em termos de utilidade, as redes sociais virtuais apresentam diversas possibilidades aos indivíduos, entre as quais se destacam condições de criar um perfil público ou parcialmente público, acessar outros perfis de usuários, criar uma lista de amigos, participar ativamente ou apenas como expectadores de discussões, desenvolver conhecimentos e habilidades, bem como manter contatos com pessoas já conhecidas fora do ciberespaço (HARRISON; THOMAS, 2009; SANTOS JÚNIOR; MANTOVANI, 2010). Assim sendo, podem ser compreendidas como comunidades individuais, por relações personalizadas, nas quais os indivíduos elegem seus laços sociais por análises e categorizações em função das personalidades demonstradas nos perfis virtuais (RECUERO, 2004a).

Com as relações estabelecidas, os indivíduos têm a possibilidade de escolher aqueles com quem desejam se relacionar, diferentemente das relações estabelecidas com a família e a comunidade, que se dão como primeiro processo de socialização. Além disso, as redes suportam não só laços relacionais frágeis, mas laços fortes e íntimos, e podem permitir que esses laços estabelecidos nas redes virtuais tenham também presença na “vida real” dos envolvidos (WELLMAN, 1999; 2002).

Outro ponto importante das redes virtuais é a capacidade que apresentam de permitir que as relações sociais sejam mantidas independentemente da distância geográfica. Para Wellman (2002) a manutenção dos laços sociais e o aumento das redes se tornaram possíveis com as transformações dos meios de transporte e de comunicação, que suprem a demanda das redes sociais por comunicação colaborativa e compartilhamento de informações. O autor denomina o processo de “glocalização”, palavra que remete à extensa interação global e à intensa interação local, possibilitadas especialmente pela internet, que aproxima as pessoas das informações globais e acentua os laços sociais locais.

Importantes contribuições das redes sociais virtuais são a geração e o aprimoramento do capital social e do capital cultural. Além disso, os indivíduos encontram possibilidade de compartilhar ideias, informações e conhecimentos, de forma intensa e diversificada, o que possivelmente não ocorreria com os próximos em redes locais, em virtude das restrições de tempo e espaço (COSTA, 2005).

O termo “capital social” por vezes tem sido utilizado, em estudos sobre redes sociais na internet, como forma de explicar a capacidade relacional entre os indivíduos e seus laços. Nos

estudos sobre redes sociais virtuais não é diferente, como pode ser encontrado no estudo de Recuero (2006), que analisou a dinâmica de uma rede social virtual, o Orkut. Este tipo de capital é demonstrado como importante fator para a dinâmica de uma rede social e se mantém por conexões estabelecidas e pelas formas como os laços se desenvolvem e os usuários interagem. A autora aponta que a dinâmica de uma rede social virtual se dá em função da busca por capital social e depende de certos fatores, como a competição e a cooperação entre os usuários das redes e da popularidade de memes¹.

Portanto, as redes sociais virtuais podem ser compreendidas como a apropriação de um espaço no ciberespaço por um indivíduo que deseja ser visto e constrói sua identidade, dando origem a um “eu” na rede (RECUERO, 2004). Para Sibilia (2003) citada por Recuero (2004a), existe um imperativo da visibilidade na sociedade que decorre de uma ligação entre os âmbitos público e privado do indivíduo. Para existir no espaço dos fluxos é necessário ser visto e se tornar parte da rede.

Rheingold (1996) analisa o papel das redes sociais virtuais na atualidade e afirma que estas não apenas possibilitam a interação e encontro de pessoas, mas se tornaram um ambiente no qual se pode alcançar objetivos definidos pela coletividade, além da possibilidade de se criar e obter informações relevantes que constituem a inteligência coletiva. Machado e Tijiboy (2005, p.8) também defendem que as redes sociais virtuais podem ser úteis como espaços de aprendizado coletivo e de trocas cooperativas de conhecimento, contribuindo para “a mobilização dos saberes, o reconhecimento das diferentes identidades e a articulação dos pensamentos que compõem a coletividade”.

Com base nos diversos conceitos apresentados, é possível criar três categorias de possibilidades ofertadas pelas redes sociais virtuais, de acordo com a literatura estudada: sociabilidade, cooperação e política. O Quadro 1 sintetiza as informações que interessam a este estudo.

Quadro 1 - Possibilidades Presentes nas Redes Sociais Virtuais

Categoria	Possibilidades	Autores
Sociabilidade	Sociabilidade e relações	Recuero (2004a); Aguiar (2007a); Lemos e Lévy (2010)
	Criação de laços emotivos e comunitários	Rheingold (1996); Recuero (2004a)
	Comunicação e discussões virtuais	Rheingold (1996); Wellman (2002); Schlemmer <i>et al.</i> (2006); Chua, Madej e Wellman (2011)
	Redução das distâncias	Wellman (2002); Chua, Madej e Wellman (2011)
	Criação de capital social	Costa (2005); Recuero (2006)
	Interesses comuns e reconhecimento mútuo	Castells (1999); Lévy (2000)

¹ Os *memes* são fenômenos da internet, podendo ser figuras, vídeos, informações e/ou pessoas que se popularizam de maneira rápida devido à velocidade na propagação. Podem ser observados por meio de comportamentos coletivos e relacionados ao capital social na medida em que sua propagação é associada, direta ou indiretamente, aos valores de um grupo.

Cooperação	Trocas diversas entre usuários	Wellman e Berkowits (1988); Lévy (2000); Recuero (2006); Rheingold (1996)
	Aprendizado coletivo	Rheingold (1996); Machado e Tijiboy (2005)
Política	Democratização das informações	Castells (1999)
	Ações políticas e movimentos sociais	Machado e Tijiboy (2005); Marques (2006); Lemos e Lévy (2010)
	Influência política	Marques (2006); Lemos e Lévy (2010)
	Ciberdemocracia	Lemos e Lévy (2010)

Fonte: Tavares, 2015.

Como se observa, o campo sociopolítico tem sido intensamente impactado e alterado em função das possibilidades das redes sociais virtuais. Novas configurações de relações políticas têm se estabelecido e permitido organizar grupos e ações, colaborando com a formação de comunidades políticas no ciberespaço. Obviamente, as Redes Sociopolíticas Virtuais são constituídas por participantes de interesses distintos, bem como diferentes formas e intensidades de participação, características de vários outros sistemas democráticos. Mas as formas democráticas desenvolvidas no ambiente virtual requerem maior aprofundamento nas discussões como forma de conhecer as características inerentes ao contexto político.

Na seção seguinte, apresenta-se uma série de discussões sobre sinais do estabelecimento da democracia digital a partir do ativismo em redes sociais virtuais pelo que se conceitua aqui como redes Sociopolíticas Virtuais.

3. Estabelecimento das Redes Sociopolíticas Virtuais

O cenário político contemporâneo tem gerado a necessidade de articulação dos movimentos sociais urbanos e rurais, fazendo com que atuem em redes e construam agendas anuais de congressos e manifestações públicas, a exemplo do Grito dos Excluídos, no Brasil. Dessa forma, mudou-se o foco de reivindicações para proposições, de passividade reivindicante para ações proativas, com o apoio obtido por meio de redes que possibilitam a interação e integração das ações coletivas (GOHN, 2004).

As redes sociais passaram a ser aplicadas na análise dos movimentos sociais na década de 1970, com o *boom* da área na Sociologia, em especial nas abordagens da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e dos Novos Movimentos Sociais (NMS). A existência de redes de indivíduos e organizações que formam um coletivo em rede pode ser compreendida como segmentos que formam um movimento social. Nesse sentido, compreende-se que os coletivos em rede se referem “*a las conexiones – en una primera instancia comunicacional e instrumentalizada a través de redes técnicas – de varios actores u organizaciones que quieren difundir informaciones, buscar apoyos solidarios o incluso establecer estrategias de acción conjunta*” (SCHERER-WARREN, 2005, p.78).

A interatividade, a cooperação e a descentralização da internet abriram espaço para as lutas sociais na segunda metade da década de 1990, dadas as possibilidades de difusão de

reivindicações, disseminação de ideias e estabelecimento de contatos, sem ter a necessidade de passar pelos filtros ideológicos da grande mídia. Portanto “a militância *on line* vem alargar a teia comunicacional planetária, usufruindo de uma das singularidades do ciberespaço: a capacidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades, formas e expressões de vida” (MORAES, 2000, p.142).

O ciberespaço e a dinâmica propiciada por ele em termos de aproximação de diferentes tempos culturais resultam em sinergia entre as redes presenciais e redes virtuais. Além das articulações entre as redes virtuais e as presenciais, novas possibilidades de articulações podem ser vislumbradas, seja na relação entre legados históricos e projetos de transformações, seja na relação entre escalas locais e globais dos movimentos. Há também possibilidade de formação de redes de movimentos sociais que surgem de modo complexo e transcendem a delimitação de organizações, conectando indivíduos e atores coletivos de forma simbólica, solidária ou estratégica (SCHERER-WARREN, 2005).

Além disso, as redes sociais afetam a participação na ação coletiva e podem ampliar as oportunidades dos indivíduos para fortalecer o ativismo. Contudo as redes não são apenas facilitadoras da ação coletiva, mas produto desta, visto que a participação possibilita a formação de novas ligações/relações. As redes não são o fator mais importante para o estabelecimento de laços nos movimentos sociais, pois a capacidade de motivar pessoas pode ser realizada por meio de movimentos já fortalecidos e não pelas conexões em rede. Em muitos casos, os laços entre redes, ao invés de encorajar, acabam por desencorajar a participação de outros indivíduos e grupos (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

As redes sociais colaboram com o recrutamento e a inserção dos indivíduos nas ações coletivas dos movimentos sociais, além de favorecer, desde as ações iniciais, que se desenvolva posteriormente uma consciência política, o que fica claro nas palavras de Gamson:

we know from many studies of social movements how important social networks are for recruiting people and drawing them into political action with their friends. People sometimes act first, and only through participating develop the political consciousness that supports the action (GAMSON, 1992, p.6).

As ligações estabelecidas entre grupos estabelecem um canal de comunicação que possibilita promover iniciativas conjuntas, ampliando os laços de solidariedade e confiança entre os grupos, bem como a continuidade das ações ao longo do tempo. O capital social estabelecido nas relações entre grupos favorece o desenvolvimento ou a descoberta de oportunidades para os indivíduos e a coletividade. Portanto as redes fornecem condições para que a predisposição se transforme em ações, também influenciadas pelos laços estabelecidos, pelos canais de comunicação e pelo incremento do escopo para promoção de campanhas comuns entre grupos (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

O desenvolvimento da CMC e da internet tem possibilitado a formação e o desenvolvimento desse tipo de rede. De acordo com Frey (2003, p.177), a internet pode possibilitar “modos de relacionamento transversais e estruturas mais fluidos, em maior sintonia com as estruturas de redes, que caracterizam os processos sociais e políticos nas sociedades democráticas modernas”. Além disso, Frey destaca as possibilidades de acesso à informação independentemente da distância espacial, podendo ser transmitida em tempo real, fatos que colaboram com as demandas e expectativas de cidadãos envolvidos em processos de decisão e participação democrática. Para Della Porta e Diani (2006), o desenvolvimento da CMC

favorece a realização de ações coletivas, reforçando e facilitando o ativismo, em vista de sua capacidade de possibilitar a manutenção de laços estabelecidos nos espaços reais/físicos e dar suporte técnico para as atividades dos grupos.

Edwards e McCarthy (2004) apontam a importância da internet para os movimentos sociais em virtude das possibilidades disponibilizadas para disseminar informações e coordenar atividades em diferentes grupos sociais. Segundo Klandermans e Staggenborg (2002, p.332), a internet pode se configurar como uma rica fonte de dados para análise dos movimentos, em virtude da crescente difusão de informações.

Machado (2007) alerta para a existência de movimentos sociais que ocorrem em zonas cinzas de descontrole, nas quais é difícil estabelecer controle e responsabilidades. Como exemplo, o autor aponta para o “hacktivismo” e o “ciberterrorismo”, que utilizam ataques virtuais a sites e sistemas diversos de organizações. Nos dias atuais, um movimento que tem ganhado força advém de ações do grupo intitulado Anonymous², com forte presença em redes sociais virtuais.

Apesar das diversas possibilidades para os movimentos sociais, Moraes (2004, p.153) afirma que alguns fatores requerem melhor análise do quadro de expectativas que a internet pode propiciar. Para o autor, “a cibermilitância necessita aprofundar experiências de comunicação eletrônica”. Além disso, enquanto o fenômeno dos movimentos se torna muito rápido graças à tecnologia, também se mostra muito lento devido aos hábitos culturais e políticos. Assim, a internet pode dar mais visibilidade para certos movimentos, mas isso não retira o poder predominante de determinadas mídias de massa.

Portanto, a internet serve como importante complemento para ações políticas, engajamento cívico e participação democrática, o que não significa que os processos tradicionais se encerrem em virtude da nova dinâmica de participação, mas que os indivíduos têm à disposição novos espaços para diferentes tipos de deliberações democráticas (FREY, 2003), a partir da formação de redes sociopolíticas na internet e de atividades de ciberativismo. Para Scherer-Warren (2005, p.83), as redes sociais virtuais resultantes do ciberativismo são intencionais e “*transciendem las fronteras espaciales de las redes presenciales, creando, por lo tanto, territorios virtuales cuyas configuraciones se definen por las adhesiones a una causa o por afinidades políticas, culturales o ideológicas*”. Como resultado, há deslocamento das fronteiras comunitárias e locais tradicionais, podendo se verificar o desenvolvimento de um potencial de ações coletivas na era da informação e de cibermilitância.

De forma geral, em concordância com Chua, Madej e Wellman (2011, p.106), os sites de redes sociais apenas incrementam as relações na vida real: “*such social networking sites do not suppress offline social contact, but they are integrated with it, as many relationships are migratory: moving from being online only to combining online with offline contact*”.

O ciberespaço se coloca como um ambiente com capacidade de “revitalizar lutas e movimentos civis”, já que constantemente aumenta o número de indivíduos que o procura ansiando por expressar-se. Apesar de anárquica, a internet é bem mais democrática que as

² Anonymous faz referência à palavra de origem inglesa que se traduz por anônimo, mas, no caso apresentado, se refere a um grupo que atua, em especial, na internet, promovendo ameaças e ataques virtuais a sites de instituições diversas. Informações podem ser acessadas nos perfis do grupo nas principais redes sociais virtuais, bem como na página da organização no Brasil no endereço eletrônico: www.anonymousbrasil.com

mídias de massa, característica fortalecida quando se consideram barateamento dos custos, aumento do raio de abrangência global e velocidade de circulação de informações (MORAES, 2000). Com apenas um clique, por exemplo, uma pessoa pode fortalecer um movimento com um abaixo-assinado, o que remete a novo conceito de “cliqueativismo”. O fato ainda colabora para entendimento das chamadas “forças dormentes”, que Machado (2007, p.278) defende serem importantes para os movimentos sociais nas redes virtuais, visto que são relacionadas com pessoas que fazem parte da rede e, apesar de não muito engajadas, podem se identificar com certas causas e ações e fortalecê-las em dados momentos.

Assim sendo, as redes sociais virtuais constituem um “importante espaço de interação, reconhecimento e ação”, mas podem requerer, em certos casos, outros tipos de recursos e ambientes para desenvolver os movimentos sociais. Para Scherer-Warren, por exemplo, as mobilizações contemporâneas na esfera pública resultam de articulações entre

atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral (SCHERER-WRREN, 2006, p.112).

A existência de uma rede de ativistas pode ser sustentada por cafés, livrarias e centros sociais e de cultura, que possibilitam o encontro e reconhecimento dos atores que lidam nos movimentos. Esses locais, ao oferecer uma série de recursos para a organização entre os ativistas, geram oportunidades mais favoráveis à criação e reprodução de ações da coletividade (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

3.1. Ativismo em Redes Sociopolíticas Virtuais

Importante discussão a respeito das redes sociopolíticas reside na possibilidade de “múltiplas participações em movimentos sociais”, que se elevam com ações no ambiente virtual. Alguns tipos de grupos exigem afiliação exclusiva, como as organizações políticas, enquanto outros possibilitam múltiplas afiliações, como grande parte dos movimentos sociais. A múltipla afiliação possibilita aos indivíduos e grupos acessar diferentes áreas e estabelecer relações de confiança com outros grupos que podem apoiar as ações desenvolvidas, tornando-se importante canal para a articulação de iniciativas (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Ao estudar a participação política de jovens brasileiros, Mische (1997, p.145) explica que o contexto brasileiro apresenta uma característica de “militância múltipla”, o que pode ser observado por meio da participação dos indivíduos em uma série de movimentos (estudantis, políticos, religiosos) e leva a crer que as redes de movimentos são extremamente interligadas.

Mesmo tendo clara a grande possibilidade que as redes sociais virtuais oferecem para a integração e articulação dos movimentos sociais, Machado (2007) considera que ainda não se pode definir a exatidão dos impactos para os movimentos, até mesmo porque os estudos neste campo são insuficientes. Contudo se pode afirmar que as redes são um importante marco em relação à atuação dos/nos movimentos sociais, provocando consideráveis alterações na forma como as relações e as ações coletivas se estabelecem e se desenvolvem, bem como no impacto de Redes Sociopolíticas Virtuais para os resultados esperados. Além disso, fatores, como motivação, significados e organização das ações coletivas dos movimentos sociais, não se mostram claros, mas, de certo modo, intrigantes e desafiadores.

Há preocupação da literatura com o conceito de sociedade civil, o que tem deixado de lado o reconhecimento da importância das organizações civis reais, bem como suas lógicas de atuação e interação com demais atores e a diversidade dos modelos organizacionais e das ações. A crítica ocorre tanto para a ausência de discussões aprofundadas sobre atores de maior porte como, especialmente, para a atuação de organizações societárias menores que protagonizam uma série de movimentos políticos na atualidade (LAVALLE; CASTELLO; BICHR, 2007).

Em pesquisa feita com uso de exemplos de estudos internacionais sobre ativismo e redes sociais virtuais, foram encontrados alguns que apresentam essas discussões, sendo indicados os principais a seguir.

Biddix e Park (2008) defendem a importância das TICs na manutenção de movimento políticos, já que permitem criar comunidades intencionais de mobilização. As mídias sociais podem fornecer um canal para o debate político e o ativismo, mas não se isolam pois se conectam às mídias tradicionais (ISKANDER, 2011). Além disso, o uso da tecnologia no ciberespaço permite elaborar e realizar diferentes tipos de protestos em virtude da vasta gama de ferramentas e de usuários (BLODGETT, 2009). Wall (2007) defende que, embora a internet possa facilitar certas atividades organizacionais dos movimentos sociais, parece ter menos impacto sobre os entes mais simbólicos dos contextos políticos. Contudo a visão do autor já pode ter sido mudada diante de tantos exemplos recentes que demonstram grande atenção das mídias e de representantes políticos ao fenômeno. Iskander (2011) discute a conexão existente entre mídias sociais e levantes populares em recentes contextos sociais e políticos, dando ênfase para o caso do Egito, que passou por uma revolução e pelo início da construção de uma nova cultura política.

Segundo o que é possível concluir, as redes sociais virtuais têm desempenhado importante papel em relação à organização de revoltas e revoluções populares no mundo, em especial no Oriente Médio, estimulando e capacitando os indivíduos para lutas contra os regimes repressivos, como a chamada “Revolução Facebook”, no Egito, em janeiro de 2011, e o movimento denominado de “Levante Twitter”, no Irã, em junho de 2009 (EL-NAWAWY; KHAMIS, 2012). Solow-Niederman (2010) analisa o papel do Twitter, durante a contestada eleição presidencial iraniana de 2009, e chama o contexto de “*netwar*”, uma guerra na internet.

Murti (2012) apresenta um estudo de caso da Indonésia, onde movimentos populares de apoio a indivíduos marginalizados ocorreram via Facebook, posteriormente evoluindo para o ativismo social de uma província e a construção de um partido político. Lerner (2010) apresenta casos nos quais a internet foi utilizada em protestos: “*One Million Signatures*” (Um Milhão de Assinaturas) e “*Weblogistan*”, no Irã, e o Movimento Kefaya e o *blog* Irmandade Muçulmana, no Egito. Na discussão desses casos, infere-se que, além dos resultados alcançados pelos movimentos ocorridos no “mundo muçulmano”, a internet pode oferecer espaço para que as teorias de movimentos sociais se expandam. Portanto, ativistas de movimentos sociais estão utilizando a comunicação e a organização pela internet com a finalidade de identificar problemas sociais e buscar as mudanças que intentam (ACKLAND; O’NEIL, 2011).

Na busca por estudos nacionais não foram encontrados, em periódicos, trabalhos com maior grau de impacto, ou seja, apenas poucas publicações em congressos e trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação. Isso pode demonstrar que existe produção restrita de estudos sobre as redes sociais virtuais e que a área ainda é pouco explorada na academia. Contudo alguns estudos chamam a atenção. Bastista e Zago (2010), por exemplo, discutem

fluxos de comunicação e formas como as informações se difundiram em redes sociais na internet, no caso do movimento “#ForaSarney”, no Twitter. Em outro trabalho, Zago e Batista (2011) discutem o “agendamento” dos *Trending Topics*, no Twitter, como uma forma de ativismo digital. Depois do caso Wikileaks, os participantes tentavam levar o assunto a ser tratado como um dos mais recorrentes no Twitter com a ferramenta *Trending Topics*. Silva (2011) chama a atenção para o uso de dispositivos móveis pelos ativistas, já que têm se tornado importantes ferramentas nas ações que envolvem protestos e outros tipos de mobilização social. Gregolim (2012) também discute o uso de dispositivos móveis, especialmente celulares, nas ações de ativistas, o que denomina de “transmídia”, sugerindo que esse uso aponta para o surgimento de novas formas de monitoramento e sistemas de “contra-vigilância”. Silveira (2009) mostra que até os *games* têm sido utilizados como instrumentos potenciais para o ativismo, a exemplo do “gameativismo” desenvolvido pelo grupo italiano La Molleindustria. Para Machado (2007), os espaços criados na internet contribuem para fortalecer as demandas sociais e para fornecer possibilidades de organização e articulações políticas. Santos (2011) aponta outra possibilidade, ao defender que o ciberativismo e sua utilização por movimentos civis organizados não se dão apenas em tempos de revolução, mas também em tempos de paz, na defesa dos Direitos Humanos, como no caso da iraniana Sakineh Ahstiani, que foi condenada à morte por apedrejamento e teve o caso conhecido por meio de redes sociais. Lima (2012) analisa ações desenvolvidas na internet pela Fundação SOS Mata Atlântica e conclui que os membros das redes sociais virtuais reconhecem as necessidades de demandas por ações, mas não consideram a garantia de contribuição em prol da causa. Penteadó *et al.* (2011) entendem que existem diversas possibilidades de usos e articulações por ferramentas da internet, mas que o emprego destas ainda é limitado ou serve apenas para repetir antigas formas de atuação política.

De modo geral, cresce o entendimento quanto à formação de Redes Sociopolíticas Virtuais e à importância destas para os contextos democráticos influenciados pela internet e para alterações sociais e políticas até então alcançadas em vários contextos. Tendo em vista as possibilidades e desafios de estudos no campo dos movimentos sociais por meio de sua presença e estruturação nas redes sociais virtuais, a próxima seção procura apresentar sucintamente as considerações sobre alguns aspectos relacionados ao contexto aqui apresentado.

4. Considerações Finais

A discussão apresentada objetivou evidenciar novos contornos nas relações sociais e políticas da sociedade contemporânea, em virtude da crescente e intensa utilização de redes sociais virtuais, bem como do uso de dispositivos eletrônicos que permitem sua utilização, apresentando constante desenvolvimento tecnológico e portabilidade de recursos de mídia. Isso significa dizer que as redes sociais virtuais têm possibilitado criar e desenvolver relacionamentos sociais virtuais cada vez mais constantes e dinâmicos entre as pessoas, possibilitando, além da aproximação no ambiente virtual de pessoas ou de pessoas e organizações de naturezas distintas, relações com instituições do Governo, Mídia, empresas, fundações e outros atores.

No campo político, além da possibilidade de criação e desenvolvimento de relações sociais e de atividades de comunicação, as redes sociais têm se apresentado como espaço e instrumento para a realização de ações políticas de diferentes atores sociais, pela utilização de

ambientes e ferramentas disponibilizados, de acordo com suas configurações. Além da tendência à virtualização dos relacionamentos sociais, as relações políticas têm se servido do ambiente das redes sociais virtuais para ampliação do debate sociopolítico e para estabelecimento de objetivos, estratégias e ações coletivas, permitindo a criação de um novo conceito, denominado de Redes Sociopolíticas Virtuais. O desenvolvimento de redes como essas pode determinar a expansão das possibilidades políticas na sociedade, direcionando o sistema político para condições de mais participação e contribuindo para a construção de um sistema democrático participativo, especialmente em razão da crise enfrentada pela democracia representativa.

Antes da utilização dessas redes, os movimentos sociais ficavam restritos aos seus espaços institucionais e às formas tradicionais de comunicação, como jornais e panfletos, bem como às ações diretamente focadas nos seus antagonistas. Sem contar que o espaço para a atuação da militância era praticamente limitado a protestos nos espaços físicos e à cobertura que os canais tradicionais da mídia se dispunham a realizar e apresentar. A partir das redes sociais virtuais, é possível perceber a extensão das atividades dos movimentos sociais por meio de formas variadas de interação e comunicação, para formar o movimento social, bem como para realizar ações que impactam mais fortemente os antagonistas, fazendo as ações repercutirem na sociedade. Isso se explica pelo fato de que as informações relacionadas aos movimentos sociais não passam necessariamente por filtros das mídias, que atendem a uma série de interesses que normalmente não condizem ou não cooperam com os interesses dos grupos sociais organizados.

Portanto a possibilidade de reconhecimento identitário e de demandas comuns aos integrantes dos movimentos sociais, bem como a possibilidade de organização de ações coletivas para o alcance desses, dá novos contornos ao embate e ao enfrentamento que os movimentos sociais preparam e realizam diante dos seus antagonistas.

Tendo em vista as limitações teóricas e empíricas deste ensaio teórico, sugere-se que novos estudos envolvam a investigação e o esclarecimento de líderes e papéis desempenhados na gestão de movimentos sociais a partir das redes sociais virtuais, a interligação de organizações do mesmo movimento nas redes sociais e a elaboração de pautas comuns, a relação dos integrantes do movimento com seus líderes e objetivos da coletividade, o detalhamento da construção ideológica e cultural de movimentos por meio de recursos e espaços de redes sociais virtuais e outras possibilidades de pesquisa que possam completar e/ou avançar as discussões realizadas neste estudo.

Por fim, ressalta-se a importância das discussões promovidas e apresentadas para encaminhar discussões no âmbito das Redes Sociopolíticas Virtuais e possibilitar o amadurecimento do conceito e da prática das ações coletivas no ambiente virtual. Além disso, é preciso pensar em novos modelos e contextos sociopolíticos com base na utilização das tecnologias de informação e comunicação, elementos essenciais na contemporaneidade para a construção de modelos de governabilidade mais democráticos e participativos.

Referências

ACKLAND, R.; O'NEIL, M. Online collective identity: the case of the environmental movement. *Social Networks*, v.33, n.3, p.177–190, jul. 2011.

- AGUIAR, S. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. In: *XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. 2007a. Anais. Santos: Intercom, 2007a. Disponível em: <http://www.sitedaescola.com/downloads/portal_aluno/Maio/Redes%20sociais%20na%20internet-%20desafios%20%E0%20pesquisa.pdf> Acesso em: 12 jan. 2012.
- BATISTA, J.; ZAGO, G. Ativismo em redes sociais digitais: os fluxos de comunicação no caso #forasrney. *Estudos em Comunicação*, n.8, p. 129-146, dez., 2010.
- BIDDIX, J. P.; PARK, H. W. Online networks of student protest: the case of the living wage campaign. *New Media & Society*, v.10, n.6, p.871-891, dec. 2008.
- BLODGETT, B. M. And the ringleaders were banned: an examination of protest in virtual worlds. *Fourth International Conference on Communities and Technologies*. University Park, PA, USA, p.135-144, June 25-27, 2009.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHUA, V.; MADEJ, J.; WELLMAN, B. Personal communities: The world according to me. In: CARRINGTON, P.; SCOTT, J. (Eds.) *Handbook of Social Network Analysis*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2011. p. 101-115. Disponível em: <<http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/personal/Personal%20Communities%20-%20The%20World%20According%20to%20Me.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2012.
- COSTA, R. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.9, n.17, p.235-48, mar/ago 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a03.pdf>> Acesso em: 19 jan. 2012.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social movements: an introduction*. Ed.2. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.
- EDWARDS, B.; MCCARTHY, J. D. *Resources and social movement mobilization*. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (Org.) *The blackwell companion to social movements*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- EL-NAWAWY, M.; KHAMIS, S. Political Activism 2.0: comparing the role of social media in Egypt's "Facebook Revolution" and Iran's "Twitter Uprising". *CyberOrient*, v.6, n.1, 2012.
- FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.21, p. 165-185, nov. 2003.
- GAMSON, W. A. *Talking Politics*. New York: Cambridge University Press, 1992. 272p.
- GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, v.13, n.2, p.20-31, 2004.
- GREGOLIN, M. V. Vozes nômades: ativismo transmídia e mobilizações sociais. *Revista Geminis*, ano 3 – n.1, p. 06-24, 2012.
- HARRISON, R.; THOMAS, M. Identity in online communities: social networking sites and language learning. *International Journal of Emerging Technologies*, v.7, n.2, p. 109-124, 2009.

- ISKANDER, E. Connecting the national and the virtual: can facebook activism remain relevant after Egypt's january 25 uprising? *International Journal of Communication*, v.5, p. 1225–1237, 2011.
- KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. Introduction. In: KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. (Org.) *Methods of social movement research: Social movements, protest, and contention*. v.16. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.50, n.3, p. 465-498, 2007.
- LEMOS, A.; LÉVY, P. *O Futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Editora Paulus, 2010. 258p.
- LERNER, M. Y. Connecting the Actual with the Virtual: the Internet and Social Movement Theory in the Muslim World—The Cases of Iran and Egypt. *Journal of Muslim Minority Affairs*, v.30, n.4, p.555-574, dec. 2010.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2000. 260p.
- _____. *Ciberdemocracia*. Trad. Alexandre Emílio. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. 249p.
- LIMA, G. B. Tipos de ativismo digital e ativismo preguiçoso no mapa cultural. *Revista Geminis*, ano 3, n.1, p. 71-96, 2012.
- MACHADO, J. A. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n.18, p. 248-285, jul./dez. 2007.
- MACHADO, J. R.; TIJIBOY, A. V. Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. *Novas Tecnologias na Educação*. CINTED-UFRGS. Porto Alegre, v.3, n.1, mai. 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/13798/7994>> Acesso em: 25 jan. 2012.
- MARQUES, E. C. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.21, n.60, p.15-42, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29759.pdf>> Acesso em 19 jan. 2012.
- MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.5/6, p.134-50, 1997.
- MORAES, D. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v.23, n.2, p. 142-155, 2000.
- MORAES, M. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v.11, n.2, p.321-33, maio-ago. 2004.
- MURTI, D. C. W. Manifestation of ‘click’ action to political action: civic practice in social media and the dynamic of democracy in Indonesia. *International Conference on Communication, Media, Technology and Design*, Istanbul – Turkey: ICCMTD, p. 516-520, may. 2012.

PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P.; ARAÚJO, R. A. P.; SILVA, S. J. Ação política na internet brasileira. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.16, n.1, p. 111-132, jan./mar., 2011.

PRIMO, A. F. T. A emergência das comunidades virtuais. In: *Intercom 1997 - XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 1997, Santos. Anais... Santos, 1997. Disponível em: <
http://www.sitedaescola.com/downloads/portal_aluno/Maio/A%20emerg%EAncia%20das%20comunidades%20virtuais.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.

_____. Interação Mútua e Interação Reativa: uma proposta de estudo. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n.12, jun. 2000.

RECUERO, R. C. Webrings: As Redes de Sociabilidade e os Weblogs. *Revista Sessões do Imaginário*, da Famecos/PUCRS. Porto Alegre, v.11, p. 19-27, 2004. Disponível em: <
<http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/webrings.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2012.

_____. Teoria das Redes e Redes Sociais na Internet: considerações sobre o Orkut, os weblogs e os fotologs. In: *XXVII Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Porto Alegre, Anais do XVII Intercom, 2004a. Disponível em: <
<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17792/1/R0625-1.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2012.

_____. Dinâmicas de Redes Sociais no Orkut e Capital Social. *UNIREvista*. Universidade do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo, v.1, n.3, jul. 2006. Disponível em: <
http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_daCunha.PDF> Acesso em: 25 jan. 2012.

RHEINGOLD, H. *Comunidade virtual*. Trad. Helder Aranha. Lisboa: Gradiva, 1996.

SANTOS, F. J. A. O ciberativismo como ferramenta de grandes mobilizações humanas: das revoltas no Oriente Médio às ações pacíficas do Greenpeace no Brasil. *Revista Anagrama*. Revista Científica Interdisciplinar da Graduação, ano 5 – ed.1 – set.-nov., 2011.

SANTOS JÚNIOR, D. L.; MANTOVANI, D. M. N. Comunicação nas redes sociais: um estudo com usuários das comunidades do Orkut. *Análise*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v.21, n.1, p.30-41, jan./jun., 2010. Disponível em: <
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/8235/5905>> Acesso em: 17 jan. 2012.

SCHERER-WARREN, I. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. *Revista Nueva Sociedad*, Caracas, n.196, p.77-92, mar.-abr. 2005.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília-DF, v.21, p. 109-130, 2006.

SCHLEMMER, E.; BACKES, L.; FRANK, P. S. S.; SILVA, F. A.; DEL SENT, D. T. ECoDI: A criação de um Espaço de Convivências Digital Virtual. In: *XVII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação – XVII SBIE*. Brasília. XVII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação - XVII SBIE, 2006. Disponível em: <
<http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/507/493>> Acesso em: 10 jan. 2012.

SILVA, T. T. Mobilidade e ativismo: novas estratégias na luta contra o Estado hegemônico. *Revista Geminis*, ano 2 – n.1, p. 53-65, 2011.

SILVEIRA, S. A. Game-ativismo e a nova esfera pública interconectada. *Líbero*, São Paulo: FACASPER, v.12, n.24, p.131-138, dez., 2009.

SOLOW-NIEDERMAN, A. G. The power of 140 characters? #IranElection and social movements in web 2.0. *Intersect*, v.3, n.1, 2010.

TAVARES, W. Redes sociais virtuais como espaços para ações coletivas: possibilidades de interação e organização em movimentos sociais. 2015. 402 f. *Tese* (Doutorado em Administração). Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

WALL, M. A. Social movements and email: expressions of online identity in the globalization protests. *New Media & Society*, v.9, n.2, p.258-277, apr. 2007.

WELLMAN, B. From little boxes to loosely-bounded networks: the privatization and domestication of community. In: ABU-LUGHOD, J. (Ed.) *Sociology for the twenty-first century: continuities and cutting edges*. Chicago: University of Chicago Press, 1999. p. 94-114. Disponível em:
<<http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/littleboxes1/littleboxes1.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. Little Boxes, Glocalization, and Networked Individualism. In TANABE, M., BESSELAAR, P. V. D.; ISHIDA, T. (Eds.) *Digital Cities II: Computational and Sociological Approaches*. Berlin: Springer-Verlag, 2002. p.11-25. Disponível em:
<<http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/littleboxes/littlebox.PDF>> Acesso em: 10 fev. 2012.

WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. *Social structures: a network approach*. New York: Cambridge University Press, 1988.

ZAGO, G.; BATISTA, J. Ativismo e agendamento nos *trending topics* do *Twitter*: o caso Wikileaks. *Contemporânea* (UFBA), v.9, n.2, 2011.